

TORRES, Carlos Alberto. *A política de educação não-formal na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 257p.

A Sociologia Política da Educação é uma disciplina das ciências sociais de evolução recente e poucos têm dado uma contribuição tão relevante quanto Carlos Alberto Torres.

Carlos Alberto Torres, nascido na Argentina, é atualmente professor da Escola de Pós-graduação em Educação da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), autor e editor de numerosos livros, incluindo, mais recentemente: *A Política da Educação Não-formal na América Latina* (São Paulo, Paz e Terra, 1992), *Sociologia Política da Educação* (São Paulo, Cortez, 1993) e, em co-autoria com Daniel A. Morales-Gomez, *Education, Policy and Social Changes Experiences from Latin America* (New York, Praeger, 1992).

Em seu livro *A Política da Educação Não-formal na América Latina* — resultado de um longo programa de estudos e pesquisas — o autor concebe a Sociologia Política como "o estudo do poder e das relações de autoridade, estruturadas nos vários níveis da organização social" (p. 19). A sociologia política da educação de adultos estuda as relações entre modelos de desenvolvimento, ideologias educacionais e reformas da educação, entre educação e políticas sociais, no campo da educação de adultos.

Seguindo a tradição norte-americana, ele chama de educação não-formal ao que chamamos aqui de educação de adultos e toma a política de educação de adultos como um campo específico para a pesquisa educacional, discutindo os seus principais paradigmas. Ele se preocupa com uma certa "subteorização" (p. 217) do campo da educação de adultos, embora reconheça que esta seja fértil em ideologias e práticas. Deixa claro que isso não significa que não existam teorias da educação

de adultos. Ao contrário, ele nos apresenta toda uma tipologia dessas teorias, que vão da teoria do capital humano à teoria da libertação de Paulo Freire, do que chama de "idealismo pragmático" à teoria da engenharia social-corporativista. Contudo, essas teorias são habitadas por contradições e por certa inconsistência teórica, pois segundo ele, "alguns de seus fundamentos normativos não foram completamente elaborados" (p. 220).

A tese principal do autor é que "sem uma teoria consistente do Estado e da política, será impossível compreender a política de educação não-formal e a educação não-formal como política na América Latina" (p. 215). Faltam estudos no campo da Sociologia Política de Educação que coloquem mais claramente a relação entre Estado e educação popular na América Latina. O Estado capitalista, segundo ele, é um campo de batalha, seja ele hegemônico, seja ele dependente ou associado. Por isso, vive o dilema entre promover a acumulação de capital e manter a legitimação do modo de produção. Nesse contexto de contradição do Estado capitalista, a educação de adultos faria parte de uma estratégia mais ampla de legitimação política.

Em conseqüência, os educadores populares envolvidos em programas estatais de educação de adultos, vivem a contradição entre o papel que o Estado lhes reserva — o de legitimarem o sistema — e seus objetivos políticos emancipatórios. Quem não consegue viver em contradição não pode fazer educação popular de adultos. "Há uma contradição entre educação de adultos, como prática do Estado, e educação popular como prática oriunda de instituições da sociedade civil. Essa contradição reflete-se posteriormente nas estratégias alternativas para a alfabetização e a educação de adultos" (p. 217).

Em *A Política de Educação Não-formal na América Latina* ele explora a educação de adultos como política pública, considerada na América Latina como instrumento fundamental de mudança social, isto é, como

"parte integrante de uma estratégia política", como afirma Martin Carnoy, no prefácio (p. 17). A educação de adultos vem se tornando, pouco a pouco, um dos traços fundamentais dos sistemas educacionais de vários países da região.

Inicialmente ele apresenta um quadro de referência conceitual e uma tipologia das principais abordagens da educação não-formal, toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal, para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população. Este é, por exemplo, o caso da educação de adultos que não se dirige à totalidade dos indivíduos da sociedade, mas apenas aos setores "populares".

A educação de adultos é considerada pelo autor como um fator essencial, na América Latina, no processo de mobilização social e de modernização política. A mudança de atitudes, valores e expectativas, o desenvolvimento da consciência política são considerados como resultados diretos dessa forma de educação. A educação de adultos é concebida como um meio de oferecer uma vasta série de habilidades, capacidades, padrões intelectuais e valores sócio-políticos, como atitudes de cooperação, trabalho comunitário e participação cívica. Ela está intimamente ligada às necessidades das comunidades e responde mais facilmente às demandas delas do que o sistema formal de educação. Exemplifica suas teses com a análise de importantes experiências, como a do México e dá particular ênfase às experiências de educação de adultos de Cuba, Nicarágua e Granada, de orientação socialista.

A educação de adultos possui uma flexibilidade curricular e organizacional que falta à maioria dos sistemas formais burocráticos e rígidos. Os resultados são mais imediatos, não sendo preciso esperar 10 ou 15 anos de instrução formal, por exemplo, para que o indivíduo se integre ao mercado de trabalho. Torres afirma que a educação de adultos na

América Latina é muito rica em microexperiências de inovação, mas "devido às condições históricas e estruturais peculiares em que se produzem ou aparecem, e à qualidade, montante e diversidade de recursos utilizados, as experiências são em geral de tal natureza que não podem ser implementadas em nível nacional" (p. 219).

A demanda por esse tipo de educação provém de setores "oprimidos" dentro de uma estrutura e dinâmica social organizada pela forma capitalista de produção. A educação popular e de adultos responde — baseando-se em práticas educativas e experiências coletivas ou individuais — com projetos de formação e organização desses setores. A idéia de educação oferecida por esses projetos relaciona-se com as habilidades e capacidades concretas — ler, escrever e contar — com o intuito de despertar o orgulho, a dignidade, segurança e autoconfiança dos participantes. Esses projetos podem ser de iniciativa tanto de governos, como na Colômbia, quanto de órgãos coletivos de educação popular, como na Nicarágua, e são destinados tanto aos jovens quanto aos adultos.

A relação entre Estado e educação popular tem sido atualmente objeto de intenso debate na América Latina e esse livro traz uma inestimável contribuição, esclarecendo pontos fundamentais desse debate. A teoria da educação popular é, sem dúvida, a maior contribuição que a América Latina vem dando à história universal das idéias pedagógicas. O livro *A Política de Educação Não-formal na América Latina* é um estudo completo, apoiado em dados, fatos e farta documentação, indispensável para o educador popular, fonte de inspiração tanto para os pesquisadores da área, quanto para os que fazem da reflexão sobre a prática e a leitura do mundo seu grande livro de leitura.

Moacir Gadotti  
Universidade de São Paulo (USP)